

# O MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS (1893-1914) UM PROJECTO NACIONAL E UMA TENTATIVA DE CONJUGAÇÃO DISCIPLINAR

HENRIQUE COUTINHO GOUVEIA\*

## *Evocação do panorama museológico português no final do século XIX*

As décadas finais do século passado são caracterizáveis, no plano museológico, pela criação de um significativo conjunto de novos estabelecimentos de âmbito e importância nacionais. A esse movimento corresponde ainda a autonomização e aparecimento, no contexto museológico português, do domínio das ciências antropológicas e da arqueologia. Assim, a partir de 1859 é organizado um Museu de antropologia e pré-história na Comissão dos Trabalhos Geológicos do Reino, em 1864 o Museu da Associação dos Arqueólogos e Arquitectos Civis, seguindo-se-lhe, em 1875, a do Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa e, em 1884, a do Museu Nacional de Bellas Artes e Arqueologia. No âmbito universitário opera-se, em 1885, o desdobramento do Museu de História Natural, passando as suas secções, entre as quais a de antropologia, a constituir unidades autónomas.

Pode-se assim constatar que os domínios científicos mencionados tinham então representação na maioria dos principais museus portugueses, assumindo desse modo particular importância para a análise do panorama museológico da época.

Será igualmente de sublinhar que este processo de especialização e de diversificação científica e consequente projecção no plano museológico

---

\* Universidade Nova de Lisboa

Este assunto foi apresentado de forma condensada, sob o título “Le Musée Ethnologique Portugais (1893-1914). Un projet national et un essai de multidisciplinarité”, em “Anthropologie et Muséologie”. Journées d’étude organisées par le G.S. 94 du Centre National de la Recherche Scientifique. Université de Paris I, 14 e 15 de Setembro de 1990.

se situa numa linha de continuidade relativamente às transformações que, no final do período setentista, tinham originado a eclosão da museologia científica portuguesa. Comprovam-no os processos de encadeamento que é possível estabelecer entre os museus deste período precursor e alguns daqueles que se referenciaram no final do século seguinte.

Importa ainda mencionar que esta incidência do desenvolvimento museológico oitocentista na área das ciências antropológicas e da arqueologia se verifica, igualmente, no âmbito regional e local, constituindo a articulação com o plano nacional um dos aspectos que interessa focar.

Uma apreciação dos objectivos orientadores dos principais museus portugueses poderá constituir também um contributo significativo para esta tentativa de caracterização da museologia portuguesa nos finais do século anterior.

Assim, a investigação e o ensino são assumidos como prioritários por alguns desses estabelecimentos, muito particularmente os de estatuto universitário ou que se encontram na dependência de outros estabelecimentos de ensino superior.

A salvaguarda dos valores patrimoniais com interesse histórico-arqueológico ou artístico poderá ser certamente apontada como fundamental em casos como os dos Museus Nacional de Bellas Artes e Arqueológico do Carmo e ainda, sob uma óptica mais especializada, no caso de outros museus existentes na mesma época, como o Militar e o dos Coches.

Já a preocupação de fomento do progresso, que adquirira tão grande importância no contexto museológico setecentista e que viria a ter continuidade ao longo do século XIX, procurando operar pela via museológica a formação profissional e o desenvolvimento das actividades agrícolas, industriais e comerciais, parecia encontrar-se à beira do ocaso, embora transparecendo ainda no panorama deste final de século.

Com efeito, os projectos culminantes deste processo, como os dos Museus Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto e do Museu Agrícola e Florestal de Lisboa, encerrar-se-iam, sem êxito, com o findar do século.

Do ponto de vista estatutário, alguns dos principais museus de âmbito nacional existentes no país, no final do século XIX, permanecem na dependência quer da Universidade quer de outros estabelecimentos de ensino superior entretanto criados, tendo-se registado um desenvolvimento sensível no conjunto dos museus vinculados à



administração central, cujo leque se diversifica passando a assumir maior relevo. Interessante de assinalar é a presença de uma componente ligada à iniciativa privada, cujo significado no contexto do panorama museológico oitocentista deve ser sublinhado<sup>(1)</sup>.

Em 1893, a propósito da criação do Museu Etnográfico Português<sup>(2)</sup> o seu fundador, Leite de Vasconcelos, refere-se também ao impulso que, no século XIX, receberam em Portugal todas as ciências e ao consequente desenvolvimento do que designa por “museofilia”.

Referenciando detalhadamente o panorama dos museus relacionados com as “sciencias historicas ou conexas com a Historia”, faz menção à generalidade dos estabelecimentos relacionáveis com os domínios científicos em causa existentes na capital<sup>(3)</sup>, a que acrescenta ainda diversos museus localizados noutras cidades, na sua maioria de carácter regional.

A análise, do ponto de vista disciplinar, da realidade museológica apontada permite a Leite de Vasconcelos contrapor ao âmbito regional ou local de alguns desses estabelecimentos, ao carácter especializado de outros ou à representação acessória e incidental de algumas das ciências de que se pretende ocupar, o plano coerente e global que deseja imprimir ao Museu que propõe, compreendendo o “estudo concomitante da antropologia, da etnografia e da arqueologia nacionais”.

A principal característica diferenciadora do novo estabelecimento traduzia-se, tal como se irá comentar depois mais detalhadamente, num propósito de conjugação entre disciplinas que se considerava que formavam um todo sistemático, com o objectivo de investigar e tratar museologicamente a documentação referente à realidade nacional portuguesa.

---

<sup>(1)</sup> Com efeito, podem-se referir em Lisboa os Museus da Associação dos Arqueólogos Portugueses e Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa, no Porto o Museu Allen e em Coimbra o Museu Arqueológico do Instituto.

<sup>(2)</sup> Denominação com que este Museu foi criado e que manteria até 1897, quando passou a chamar-se Museu Etnológico Português.

<sup>(3)</sup> Para além dos que já foram mencionados anteriormente no âmbito deste trabalho, Leite de Vasconcelos refere ainda os Museus da Real Academia das Ciências, de Artilharia, da Casa da Moeda e os existentes no Paço da Ajuda e na Biblioteca Nacional. V. *Significação do Museu Etnológico Português*, Lisboa, Belém, 22 de Setembro de 1912, 4 p.

Na sequência deste esboço introdutório comentando o panorama museológico do país, contemporâneo da criação do Museu Etnológico Português, procurar-se-á proceder à análise da fase inicial do seu desenvolvimento, que corresponde ao período decorrido entre 1893 e 1914.

*Sinopse da legislação relativa ao Museu — 1893 a 1914*

Nessa fase inicial ir-se-á operar progressivamente a tentativa de concretização do projecto orientador nos planos da articulação disciplinar, do sustentáculo legislativo e consequente estrutura funcional. Salientar-se-á igualmente o seu carácter nacional, procurando esclarecer as diferentes dimensões que um tal objectivo poderá comportar.

A análise a efectuar basear-se-á sobretudo na legislação produzida relativamente ao Museu, no decurso do período considerado, comparando-a com a documentação e apreciações que o próprio Leite de Vasconcelos nos legou sobre essa época <sup>(4)</sup>.

Logo em 1894, no programa que apresenta publicamente para o Museu, Leite de Vasconcelos definir-lhe-ia objectivos sociais, pedagógicos, práticos, lúdicos e científicos.

Nesse enunciado começa por salientar a importância do seu papel na revitalização do sentimento e consciência nacionais, como fonte de inspiração de artistas e escritores e factor de educação do público em geral, levando-o a conhecer e a amar a pátria. O prosseguimento destas finalidades seria particularmente relevante no caso dos grupos etários jovens.

Este objectivo museológico nacional, presente entre os que presidiram inicialmente à criação do Museu Etnológico Português,

---

<sup>(4)</sup> Está-se, portanto, em presença de uma análise parcial quer no referente à documentação utilizada quer no tocante aos temas e componentes abrangidos, pois uma abordagem completa desta fase da evolução do Museu implicaria que fossem igualmente consideradas questões como a dos fundamentos científicos e objectivos pedagógicos da encenação adoptada para a exposição permanente, dos motivos que conduziram à organização de secções comparativas ou à inclusão de uma representação dos territórios ultramarinos também a título meramente comparativo. Essa análise mais aprofundada virá a ser feita no âmbito de um trabalho de maior fôlego que se encontra em preparação.



desvanecer-se-ia em fases posteriores, tal como viria a suceder na generalidade do contexto euro-norte-americano, sendo de sublinhar, no entanto, que manteve acentuada vitalidade em certas zonas do globo, como no continente latino-americano e, posteriormente, no africano.

Relativamente aos restantes propósitos apontados, será interessante ponderar alguns dos seus parâmetros.

Assim, no referente à pesquisa e ao ensino, é patente a qualidade de estabelecimento científico do Museu Etnológico Português, procurando traduzir, no plano museológico, um modelo de sistematização das disciplinas em que incidia no âmbito do quadro nacional. Nessa perspectiva competir-lhe-ia assumir-se como organismo condutor e dinamizador de um programa de investigação a nível do país, incidindo nas áreas da sua especialidade.

A salvaguarda dos valores patrimoniais da nação, embora partilhada com estabelecimentos congéneres relativamente a alguns sectores da sua actividade, vem a assumir especial importância no caso deste Museu relativamente às áreas da arqueologia e da etnografia, surgindo, então, neste último domínio, como o único organismo portador de um programa coerente compreendendo o território continental e insular.

Já a preocupação desenvolvimentista que, como foi acentuado, tivera tão grande importância no contexto museológico do período final setecentista, prolongando-se depois pelo século seguinte, e que se exprime neste enunciado pela menção a objectivos práticos, pouca influência exercia já neste período, pelo que a sua projecção no Museu se revelaria pouco sensível<sup>(5)</sup>.

Tal como anteriormente já foi dito, este período inicial corresponde à estruturação legislativa do Museu, sendo 1893 o ano em que foi publicado o diploma da sua criação e 1914 aquele em que seria estabelecido o seu regulamento<sup>(6)</sup>.

---

<sup>(5)</sup> O desenvolvimento do Museu Etnológico viria mesmo a ser facilitado pela extinção do Museu Agrícola e Florestal e do Museu Industrial e Comercial de Lisboa, o que lhe permitiria um considerável alargamento da sua instalação no Mosteiro dos Jerónimos e um acréscimo do seu mobiliário de exposição.

<sup>(6)</sup> V. Decreto de 20 de Dezembro de 1893, criando o Museu, e Decreto nº 559, de 11 de Junho de 1914, publicando o seu Regulamento.

A fim de elucidar melhor o desenvolvimento deste processo, proceder-se-á seguidamente à discriminação do contributo que representa cada um dos sucessivos diplomas legislativos.

Assim, em 1897, proceder-se-ia, como também já foi mencionado, à alteração da denominação inicial deste organismo, que passou então a ajustar-se ao critério de sistematização científica proposto por Leite de Vasconcelos, compreendendo-se, no âmbito da etnologia, a arqueologia, a etnografia e a antropologia física<sup>(7)</sup>.

Esta alteração teria ainda como consequência o diploma legislativo reformador de 1899, que viria a estabelecer correspondência entre a incidência disciplinar do Museu e a sua estrutura organizativa, em que passariam a existir portanto três secções denominadas de acordo com os domínios científicos que lhes competiam<sup>(8)</sup>.

Esta legislação procuraria também estabelecer uma melhor articulação entre o Museu e os serviços de protecção do património arqueológico, terminando ainda a sua subordinação e complementaridade temática relativamente à Direcção dos Trabalhos Geológicos e ao Museu de Antropologia e Prehistória aí existente<sup>(9)</sup>. As modificações assim introduzidas no relacionamento administrativo e disciplinar deste estabelecimento não só lhe conferem maior autonomia como vêm alterar a sua inserção no contexto científico do País, tal como se documentará adiante a propósito do seu carácter nacional.

Pouco tempo depois, em 1901, será publicada mais legislação relativamente ao Museu que, no dizer de Leite de Vasconcelos, vem corresponder “a nova reforma e grande melhoria” deste estabelecimento, pois passará então a ficar dotado com os serviços de apoio científico e técnico indispensáveis à sua actuação — uma biblioteca especializada, um gabinete de fotografia e desenho e uma oficina de preparação e concerto de objectos<sup>(10)</sup>. Estas alterações orgânicas determinariam ainda

---

<sup>(7)</sup> V. Decreto de 26 de Junho de 1897.

<sup>(8)</sup> V. Decreto de 28 de Dezembro de 1899

<sup>(9)</sup> V. Decreto de 9 de Dezembro de 1898, criando o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, a cujos serviços o Museu passará a ficar agregado conforme virá a estabelecer o Artº 1º do Decreto de 28 de Dezembro de 1899.

<sup>(10)</sup> V. Decreto de 24 de Dezembro de 1901, Artº 1º, parágr. 3º.



melhoramentos no sector de pessoal, cujo leque funcional procura acompanhar a evolução verificada.

Finalmente, em 1914, a publicação do Regulamento vem consagrar a orientação autonómica que o Museu pretendia, procedendo a ajustamentos requeridos pelas reformas de 1899 e de 1901 e constituindo-se como veículo da sua aplicação ao seu normal funcionamento<sup>(11)</sup>.

Com a publicação do Regulamento do Museu Etnológico Português, em 1914, ter-se-á assistido ao culminar do seu processo legislativo inicial, devendo começar por sublinhar-se que esse documento revela um critério geral de orientação coerente com uma explanação da teoria museológica correctamente definida e enunciada e em que a sectorização e articulação funcional propostas constituem a sua projecção prática. E o mesmo se poderá constatar quanto ao enunciado das funções científicas e técnicas do pessoal que cobre os vários aspectos do trabalho de museu.

Assim, uma análise da estrutura desse Regulamento permite constatar que o Capítulo inicial condensa os seus objectivos programáticos, incidência disciplinar, área geográfica de intervenção, modo de organização e condição estatutária.

Logicamente o Capítulo imediato é dedicado à política de incorporações e os seguintes ao inventário, exposição e relacionamento com o público, terminando o documento com o enunciado dos perfis profissionais dos diferentes funcionários.

Se, tal como se disse, com a publicação deste Regulamento o Museu vê confirmado um estatuto que lhe consagra uma posição de autonomia, que Leite de Vasconcelos defendia e considerava indispensável para um bom desempenho das suas funções, torna-se, no entanto, necessário um breve comentário à situação de crise que teve de enfrentar entre 1911 e 1913, e que terá derivado em parte das dificuldades de enquadramento institucional suscitadas pela legislação definindo a política patrimonial e museológica do regime republicano que, entretanto, havia sido instaurado.

Assim, muito embora se possa considerar que a legislação republicana traduz a tentativa de implementação do que se poderá

---

<sup>(11)</sup> V. Decreto nº 559, de 11 de Junho de 1914, e Regulamento anexo. Neste enunciado foram omitidos alguns diplomas legislativos, publicados entre 1911 e 1913, e a que será feita referência quando, em seguida, for comentada a crise que afectou este organismo no decurso deste período.

qualificar como uma política museológica geral, que pretendia obviar a alguns dos inconvenientes detectáveis no decurso das décadas anteriores, nomeadamente os decorrentes das dificuldades de institucionalização dos estabelecimentos museológicos de carácter regional e local, ter-se-á igualmente que constatar que a orientação preconizada viria a suscitar, pelas restrições que consagrou relativamente aos domínios patrimoniais em que iria ser aplicada, dificuldades que, no caso deste estabelecimento, seriam evidentes<sup>(12)</sup>.

Com efeito, a reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos, decretada em 1911, divide o País em três circunscrições, sediando em cada uma delas um Conselho de Arte e Arqueologia a quem passam a ficar directamente subordinados os museus da respectiva área, embora sob a superintendência de uma Direcção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial.

O enquadramento institucional do Museu Etnológico Português por serviços que se propunham actuar apenas nos domínios da arte e da arqueologia vem criar, por conseguinte, um evidente desfasamento, dado o âmbito de intervenção sensivelmente mais vasto que o seu programa lhe havia estabelecido<sup>(13)</sup>.

Esta situação, dificilmente compatível com os interesses do Museu, iria prolongar-se até 1913, no decurso de um período muito instável para o País, encerrando-se apenas quando, nesse ano, se procede à sua anexação pedagógica à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa<sup>(14)</sup>. A mudança viria a ser consolidada pouco tempo depois, mediante a criação de um novo estatuto em que o Museu passava a ficar subordinado à Repartição de Instrução Universitária do Ministério de Instrução Pública<sup>(15)</sup>.

O facto de o Museu ser pedagogicamente anexado à Faculdade de

---

<sup>(12)</sup> V. Decreto com força de lei de 26 de Maio de 1911, reorganizando os serviços artísticos e arqueológicos, Diário do Governo nº 124, de 29 de Maio de 1911.

<sup>(13)</sup> Isto embora o articulado do Decreto citado procurasse contemplar, nalguns aspectos, a especificidade do caso do Museu Etnológico Português. V. Artº 29º.

<sup>(14)</sup> V. Decreto de 16 de Agosto de 1913.

<sup>(15)</sup> V. Regulamento do Ministério de Instrução Pública, Decreto nº 193, de 29 de Outubro de 1913.



Letras deve ser sublinhado pois, ao formalizar-se a sua intervenção docente no plano do ensino superior, confere-se também uma projecção muito mais ampla à articulação entre investigação e ensino, que se pretendia que constituísse um dos seus objectivos fundamentais.

*Apreciações de Leite de Vasconcelos acerca do Museu nesta fase inicial*

A fim de se concluir esta análise relativa ao modo como os sucessivos diplomas foram contribuindo para uma melhor formulação dos seus objectivos e modelo de organização, importa considerar igualmente algumas apreciações que o próprio Leite de Vasconcelos fez relativamente a esta questão.

Assim, na sua principal obra histórica relativa ao Museu, que significativamente se reporta ao período de 1893-1914, será de atentar nas quatro partes que fundamentalmente a constituem, procurando pôr em evidência os motivos da divisão adoptada e da selecção dos assuntos que as integram<sup>(16)</sup>.

A primeira parte, intitulada “Criação do Museu com o Título de Etnográfico e Plano de Organização do mesmo”, reporta-se apenas aos anos de 1893 e 1894, registando o aparecimento da instituição e apresentando o seu programa inicial. Procurava-se sublinhar assim a importância desse documento base que iria orientar os principais aspectos do desenvolvimento do Museu, apontando também o carácter provisório da denominação inicial.

A parte seguinte — “O Museu Etnológico de 1894 a 1912” — evoca a evolução do estabelecimento no decurso desse período através da documentação publicada sobre o assunto, que demonstra claramente a atenção que Leite de Vasconcelos dedica ao contacto com o público, especialmente após a abertura pública do Museu, em 1906.

Significativo parece, igualmente, que a terceira parte tenha por título “Defensão do Museu Etnológico (1913)”, historiando todo o difícil processo em que Leite de Vasconcelos se viu envolvido, e que a legislação publicada em 1911 agravaria, tendo a sua direcção sido então violenta e injustamente

---

<sup>(16)</sup> V. Vasconcellos, J. Leite, *História do Museu Etnográfico Português (1893-1914)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915.

atacada. A crise viria a encerrar-se em 1913, pois na defesa a que foi obrigado responderia de modo plenamente satisfatório a todas as acusações que lhe haviam sido feitas<sup>(17)</sup>.

Trata-se, como já foi dito, de um período conturbado da história portuguesa, em que o Museu e o seu director tiveram de superar dificuldades surgidas simultaneamente nos planos institucional e pessoal.

O facto de estes acontecimentos terem constituído o assunto exclusivo de uma das partes desta obra demonstra a importância que Leite de Vasconcelos lhes conferiu.

Finalmente, a última parte, sob o título de “Estado Actual do Museu Etnológico (1914)”, procura dar conta da situação do organismo à data, ocupando-se das três secções constituintes — Arqueologia, Etnografia e Antropologia —, da chamada Secção Comparativa e ainda da Biblioteca<sup>(18)</sup>.

Nas restantes apreciações que Leite de Vasconcelos deixou, relativamente aos principais diplomas legislativos referentes a este período da evolução do Museu, surgem naturalmente alguns dos comentários já formulados, embora seja interessante detectar também outras considerações traduzindo as preocupações da sua direcção.

Com efeito, no âmbito da reforma de 1899, salienta a importância da mudança de articulação institucional do Museu, em que o Conselho Superior dos Monumentos substitui, de algum modo, a Direcção dos Trabalhos Geológicos, com o consequente avolumar da importância da sua componente arqueológica e a criação da nova secção de Antropologia antiga e moderna.

No entanto, sublinha igualmente a ampliação do quadro de funcionários e os benefícios daí advenientes.

E o seu empenho numa melhoria da gestão administrativa e financeira da instituição patencia-se de novo ao comentar a reforma de

---

<sup>(17)</sup> V. Portaria de 19 de Junho de 1913, “reintegrando o director do Museu Etnológico no seu respectivo lugar, e louvando-o pelos valiosos serviços prestados à Ciência e à Pátria”.

<sup>(18)</sup> Verifica-se aqui que, dado o seu âmbito, a componente arqueológica aparece sob a designação de Antiguidades Nacionais, tal como fora adoptado noutros países. A Secção Comparativa fora constituída no Museu em consonância com o pensamento evolucionista, de acordo com a explicação que o próprio Leite de Vasconcelos fornece. V. *História do Museu Etnográfico Português (1893-1914)*, Lisboa, 1915, pp. 261-264.



1901, destacando o benefício que constitui a criação da biblioteca e dos serviços técnicos de apoio, mas evidenciando igualmente o aumento de pessoal, a simplificação burocrática resultante da subordinação imediata à Direcção Geral de Obras Públicas e a dotação do Museu com uma verba orçamental própria.

Estas preocupações administrativas e financeiras manifestam-se ao longo do período em análise com suficiente ênfase para que se possa valorizar também essa faceta que Leite de Vasconcelos evidencia na gestão museológica<sup>(19)</sup>.

O carácter e âmbito nacional deste projecto traduzem, sem dúvida, juntamente com as incidências no plano científico, os seus propósitos fundamentais, pelo que importará, para terminar, que se adicionem ainda alguns esclarecimentos acerca das questões que suscitam.

Poder-se-á considerar que, embora o diploma legislativo que cria este estabelecimento já contenha algumas determinações que apontam para a sua condição de museu nacional, a evidência legal dessa situação só se vem a patentar em 1899 quando, já depois de alterada a sua denominação para Museu Etnológico Português, a sua estrutura organizativa passa a corresponder ao seu novo âmbito disciplinar, cessando também a articulação com a Comissão dos Trabalhos Geológicos e o Museu aí existente<sup>(20)</sup>.

Esta legislação explicita também claramente a papel primordial do Museu Etnológico Português no referente à incorporação e gestão do património das áreas da sua especialidade. Assim, os direitos de prioridade do Museu podiam exercer-se tanto em relação aos objectos de mérito arqueológico, etnográfico e antropológico existentes em estabelecimento de Estado quando não façam parte integrante das colecções respectivas,

---

<sup>(19)</sup> V. a propósito *Em Prol do Museu Etnológico* in *História do Museu Etnológico Português (1893-1914)*, Lisboa, Apêndice, pp. 345-348.

<sup>(20)</sup> Será no entanto de realçar aqui que o Plano do Museu, divulgado em 1894, lhe fixava já objectivos e âmbito nacionais. Quanto à articulação com a Comissão de Trabalhos Geológicos, será de apontar que, no Decreto que cria o então Museu Etnográfico, se diz que este deverá servir em parte como que de desenvolvimento ao Museu de Antropologia ali existente. E ainda que, na Portaria de 20 de Dezembro de 1893, nomeando Leite de Vasconcelos para a Direcção do novo Museu, se considera este como sendo anexo à direcção dos trabalhos geológicos do reino.

como relativamente àqueles que fossem descobertos quando da realização de obras públicas ou que se encontrassem “em terrenos ou edifícios pertencentes ao estado”. Para além disso, assistia ainda ao Museu o direito exclusivo de exploração de todas as estações arqueológicas situadas em terrenos públicos<sup>(21)</sup>.

O Museu Etnológico Português passa assim a ser o primeiro estabelecimento do País nos domínios da sua especialidade, sendo-lhe conferida uma posição de privilégio na gestão do património dessa área, o que constitui habitualmente uma das características da condição de museu nacional.

Há, no entanto, outros aspectos relativos ao carácter nacional deste Museu que importa salientar, pois correspondem a perspectivas de abordagem muito interessantes daquilo que se poderá referir como sendo a temática dos museus nacionais.

Assim, é importante salientar que o objectivo programático desta instituição era o de documentar e interpretar, no plano museológico, algumas das componentes mais significativas da cultura portuguesa, utilizando para tal as possibilidades facultadas pela sistematização disciplinar proporcionada por uma ciência como a etnologia que, na perspectiva de Leite de Vasconcelos, assumia um carácter acentuadamente globalizante.

Este aspecto caracterizador do Museu reforça-se pelo facto de a sua política de incorporações se restringir a objectos nacionais, admitindo-se a existência de objectos congéneres estrangeiros apenas em secções comparativas<sup>(22)</sup>.

Registe-se ainda, a este propósito, que o Museu Etnológico procuraria vir a desempenhar também um papel orientador e dinamizador da museologia portuguesa nos planos regional e local, incidindo sobretudo mas não exclusivamente nas áreas da sua especialidade<sup>(23)</sup>, o que constitui

---

<sup>(21)</sup> V. Decreto de 28 de Dezembro de 1899, Art.ºs 2.º e 5.º.

<sup>(22)</sup> V. Decreto de 28 de Dezembro de 1839, Art.º 1.º, parágr. 2.º. Já se fez notar anteriormente que a secção de etnografia colonial portuguesa, prevista e organizada posteriormente, revestia também carácter comparativo. V. regulamento do Museu Etnológico Português anexo ao Decreto n.º 559, de 11 de Junho de 1914, Art.º 1.º, parágr. 3.º.

<sup>(23)</sup> Assinale-se, a este propósito, que a concepção de museu regional defendida por Leite de Vasconcelos incluía representações dos domínios da



certamente outra significativa faceta da sua condição de museu nacional.

Por último, será de mencionar de novo o facto de o Museu Etnológico se ter pretendido constituir como referência e factor de revivificação do sentimento patriótico e da consciência nacional, podendo esse objectivo fundamental e prioritário constituir como que o pano de fundo da questão agora analisada.

---

arqueologia, etnografia, antropologia e história natural. V. Gouveia, Henrique Coutinho, *Acerca do Conceito e Evolução dos Museus Regionais Portugueses desde Finais do Século XIX ao Regime do Estado Novo*, Lisboa, 1985, pp. 14 a 16.